

**RESTAURAÇÃO (REABILITAÇÃO) DA CASA DE CULTURA
DE MANHUAÇU (MG), UM BEM PARA A CIDADE****Carlos Eduardo L. Marques de Oliveira**

¹ Graduado em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu (FACIG),
cadumarquesarquitetura@gmail.com

Resumo- Em busca de um resgate das remanescentes culturais da cidade de Manhuaçu – Minas Gerais, inicia-se um estudo, e um projeto para restaurar e reabilitar a Casa de Cultura desta cidade, com uma proposta de agregar a construção uma Biblioteca Municipal, oferecendo ao patrimônio também toda acessibilidade para visitação, aumentando o fluxo de usuários. Além disso haverá uma revitalização de seu entorno, propiciando uma facilidade em tornar o local uma referência, devido as ótimas aptidões do sítio, além da relevância do contexto cultural. O estudo também demonstra a importância da conservação e recuperação dos seus prédios antigos para a identidade cultural e evolução da cidade, pois isso não só retrata a história de uma época, como também contribui de forma expressiva para sua qualidade visual.

Palavras-chave: Restaurar; Patrimônio; Identidade.

Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo investiga um assunto que vem ocupando espaço cada vez maior nos debates da área de patrimônio histórico e cultural e da arquitetura: Qual a importância da preservação das características históricas das cidades, através da conservação e recuperação dos seus prédios antigos para a identidade cultural e evolução da cidade?

Preservar a memória das cidades tem sido uma busca constante. Cada indivíduo se faz historiador de si mesmo e do local em que está inserido e torna-se fundamental para uma preservação das características históricas de suas cidades e a busca de uma conscientização de que a preservação do seu patrimônio arquitetônico, histórico e cultural, não só retrata a história de uma época, como também contribui de forma muito significativa e expressiva para sua qualidade visual. As características ambientais de uma cidade garantem ao usuário uma boa qualidade de vida, principalmente aqueles referentes à importância da presença de elementos históricos na cidade de hoje e a compatibilização entre o novo e o antigo, criando uma identidade.

Portanto, na busca desses conceitos e critérios, iniciou-se a ideia de começar uma pesquisa baseada na interligação desses dois elementos formadores das diretrizes para a elaboração de um projeto coerente de intervenção em um patrimônio edificado. O estudo busca identificar a importância de disponibilizar um trabalho, que destaque a preocupação com o patrimônio histórico e cultural dentro da cidade de Manhuaçu.

A intervenção idealizada para a Casa de Cultura é classificada como Reabilitação, onde se enquadram os aspectos relativos às melhorias no que diz respeito à renovação de elementos arquitetônicos (inclusive fachada) e modificações e/ou adaptações nas instalações elétricas, hidrosanitárias, e infraestrutura do prédio, além de reparos e/ou modificações nas alvenarias, coberturas e vigamentos. Além das obras precedentes, dentro desta classificação, ainda pode-se efetuar uma redistribuição dos compartimentos no interior do prédio, adequando acessibilidade a todo edifício, com propósito de gerar mais vivacidade ao local.

Todas essas diretrizes foram baseadas na ideia de inserção de um anexo, este sendo a Biblioteca Municipal, um espaço interativo e moderno, agregando mais uma função a edificação, além de oferecer a Manhuaçu uma nova paisagem urbana, demonstrando a realidade passada e a realidade contemporânea, mantendo um diálogo coerente. A partir da compreensão destas metas e dada a caracterização do problema de pesquisa, este artigo tem como objetivo geral um estudo comparativo entre os referenciais teóricos, a legislação em vigor e um projeto de intervenção, para a formação de conceitos e critérios aplicáveis a bens patrimoniais, somando a estes benefícios e atributos atuais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Referencial Teórico

Buscando uma teoria capaz de nivelar o estudo, destaca-se que todo tipo de pesquisa deve passar por uma análise crítica, isso com a finalidade de explicitar de forma transparente todas ideologias que a permeiam.

A disciplina da restauração não é algo novo criado em nossos tempos, ela tem origem remota, porém ainda considerada em fase de estruturação e padronização.

Na restauração, a prática antecedeu a fundamentação teórica, se tem evidências de diversas intervenções no passado, porém, somente a partir do séc. XVIII começa a surgir a organização de critérios e normas que orientem essas atividades, e apenas nos dias de hoje se firma a preocupação de formalizar as teorias da restauração de âmbito global.

Há uma preocupação com a consciência da história, ou seja, de que existiu um passado divergente da situação presente, e que se cabe tomar uma atitude perante essas diferentes realidades.

Visando a formação de uma base teórica sólida, viu-se como necessário, utilizar como base as normas e recomendações legais existentes e linhas de intervenção, baseado nos teóricos que abordam esse assunto.

O arquiteto francês Viollet Le Duc (século XIX) pode ser considerado o precursor na teoria da restauração. Ele fundamenta a intervenção, não para conservar o monumento como em épocas anteriores, mas, para entender o projeto e as intenções do seu autor, e recompor o edifício no que seria a forma ideal.

Segundo o escritor, crítico e arquiteto inglês John Ruskin (século XIX), contemporâneo de Viollet Le Duc se contrapõe a ele, negando a possibilidade de qualquer intervenção que não seja a simples conservação, seu pensamento vincula-se ao Romantismo, movimento literário e doutrinário, e que dá ênfase a sensibilidade subjetiva e emotiva em contraponto a razão. Para Ruskin a solução reside em prevenir a destruição de qualquer tipo de monumento / edifício antes que este esteja reduzido a ruínas, só assim será possível evitar que novas gerações percam para sempre o contato com o legado que lhe deixaram seus antepassados.

De acordo com alguns conceitos, é formada em 1931, a Carta de Atenas, com a ideia de que o entorno dos patrimônios também deve ser pensado, preservando a arquitetura e seu ambiente. As mesmas ideias foram abordadas na Carta de Veneza, de 1964, adotando a conservação do ambiente total, trabalhando todas edificações adjacentes, contemplando o visual em um todo.

Inúmeras outras cartas foram publicadas, enfatizando a profunda preocupação em evitar erros relacionados ao restauro do patrimônio e sua preservação.

Outro personagem de notável importância é Cesare Brandi, que dedicou sua vida à História da Arte, à Estética e à Restauração, desenvolveu sua Teoria da Restauração, delimitando preceitos teóricos, que serviram de embasamento à prática do restaurador. Ele aborda a importância da restauração preventiva e a valorização da integração entre o existente e o proposto.

“A restauração constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, em sua consciência física, e em dupla polaridade estética e histórica, em ordem a sua transmissão ao futuro.”
(BRANDI, 2013, p.30).

Brandi dá grande importância a restauração preventiva e a valorização entre o existente e o proposto, onde deve ser sempre facilmente reconhecível, mas sem que por isso venha a infringir a própria unidade que se visa restaurar. Deve-se ficar atento quanto a falsificação de um objeto, isso significa desvaloriza-lo em relação ao contexto ao qual está inserido, para que não resulte em uma ofensa estética irreparável.

Esses conceitos sobre patrimônio histórico e cultural, deram origem também a outras correntes que, possibilitaram muitas formas de atuação e determinaram a atitude do arquiteto frente ao bem a ser intervenido.

2.2. Documentos e Legislações

Os patrimônios históricos e artísticos nacionais como constituição, são uma prática característica dos Estados modernos, instituída através de agentes escolhidos entre intelectuais e fundamentada em instrumentos jurídicos específicos. Estes agentes deveriam selecionar bens móveis ou bens imóveis, atribuindo-lhes valores quanto sua situação e manifestação cultural e como símbolos da nação, devendo estes ter proteção permanente e de caráter irrevogável, uma vez tombado o bem adquire posição de monumento integrante do acervo histórico e artístico nacional, e que a conservação passou a ser de interesse público.

A preservação do patrimônio cultural no Brasil tem sua trajetória institucional iniciada no final da década de 1930, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – atual IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), e a promulgação do Decreto-lei nº 25/37 – a lei

de tombamento nacional. O Decreto-lei 25/37 serviu de base para as legislações estaduais e municipais sobre o assunto. Manhuaçu possui dois bens tombados: a Casa de Cultura e a Igreja de Santa Terezinha, do Hospital César Leite.

Qualquer tipo de intervenção realizada em prédio de valor histórico, é necessário reunir em primeira instância, quais as orientações feitas para a legislação vigente. Além da legislação, faz-se uso das Cartas Patrimoniais, documentos firmados internacionalmente, que servem como referência sobre a preservação de bens culturais. Estes documentos enfatizam a busca por procedimentos que visam o estabelecimento de normas e conceitos que podem ser aplicados aos bens culturais, de forma global e/ou local.

Segundo preceitos utilizados na Carta de Atenas (Outubro de 1931), pode-se destacar:

“A conferência assistiu a exposição dos princípios gerais e das doutrinas concernentes à proteção dos monumentos. Qualquer que seja a diversidade dos casos específicos – e cada caso pode comportar uma solução própria – a conferência constatou que nos diversos Estados representados predomina uma tendência geral a abandonar as reconstituições integrais, evitando assim seus riscos, pela adoção de uma manutenção regular e permanente, apropriada para assegurar a conservação dos edifícios. Nos casos em que uma restauração pareça indispensável devido a deterioração ou destruição, a conferência recomenda que se respeite a obra histórica e artística do passado, sem prejudicar o estilo de nenhuma época. A conferência recomenda que se mantenha uma utilização dos monumentos, que assegure a continuidade de sua vida, destinando-os sempre a finalidades que o seu caráter histórico ou artístico”.

(IPHAN (Brasil). Cartas Patrimoniais, 2ª ed.)

Alguns critérios e parâmetros utilizados em algumas cartas foram selecionados, por possuírem uma relação com o caso da intervenção na Casa de Cultura de Manhuaçu.

Na Carta de Veneza (Maio de 1964), encontra-se algumas definições importantes relativas à noção monumento e restauração:

“A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização em particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só as grandes criações, mas também as obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural”.

(IPHAN (Brasil). Cartas Patrimoniais, 2ª ed.)

A conservação e a restauração dos monumentos têm a finalidade de salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico. Esse conceito pode ser reafirmado pelo teórico Cesare Brandi, onde diz que a análise do bem patrimonial pode ser realizada sobre dois aspectos importantes: o histórico e o estético, onde o primeiro representa o significado do produto humano realizado em determinado tempo e lugar e o segunda, representa a qualidade artística, pela qual a obra é dada como obra de arte.

Há um conceito na Carta de Veneza, que é confirmado por Brandi, no que diz respeito a conservação do bem através da manutenção permanente, o que caracteriza uma restauração preventiva.

Esse fator pode ser aplicado dando ao prédio nova função, no caso da Casa de Cultura, facilitando assim sua manutenção através da destinação de uma função útil à sociedade, neste caso uma biblioteca municipal.

Outro ponto essencial a ser discutido acerca do patrimônio edificado diz respeito a sua acessibilidade. No Brasil o IPHAN, lançou a instrução normativa nº1 de 25 de novembro de 2003 que dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal. Esta Instrução Normativa do IPHAN, que por força do contido na Lei 10.048/2000 (norma geral sobre acessibilidade) e no art. 30 do Decreto 5.296/2004, aplica-se também aos bens acautelados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios (CF/88, art. 24, § 1º.), estabelece diretrizes, critérios e recomendações para a promoção das devidas condições de acessibilidade aos bens culturais imóveis, a fim de equiparar as oportunidades de fruição destes bens pelo conjunto da sociedade, em especial pelas pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Sendo mais um fator preponderante para a realização de um trabalho de reabilitação e atualização da Casa de Cultura de Manhuaçu – MG.

É recomendável para a realização de um projeto para a restauração de uma obra arquitetônica, um estudo detalhado do monumento, elaborado de diversos pontos de vista relativos a obra original, assim como aos eventuais acréscimos ou modificações. Neste estudo deverá conter pesquisas bibliográficas e arquivísticas, a fim de que se possa obter todos os dados históricos possíveis em relação ao bem e ao meio ao qual está inserido.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada reconquista a discussão sobre o problema e os objetivos deste artigo e formula critérios de intervenção, que foram utilizados a partir de um estudo de caso, baseando-se em uma pesquisa fundamentada na legislação que aborda o tema patrimonial, a fim de elaborar através desses dados teóricos, os conceitos utilizados no projeto.

A realização da revisão da literatura a respeito do tema, foi realizada com o objetivo de discutir as evoluções e variáveis investigadas no estudo e o modelo teórico a ser adotado para essa investigação. Foram elaborados os atributos a serem considerados para avaliação do papel do arquiteto ao intervir em um prédio de valor histórico, da importância da coleta de informações junto a diferentes períodos e das relações existentes entre essas abordagens.

Assim foi formado o embasamento teórico para este projeto, que pode ser encontrado em bibliografias relacionadas à preservação do patrimônio histórico. Buscou-se elaborar uma fundamentação teórica, com uma discussão relativa as correntes e teorias que abordam o tema do patrimônio, buscando a identificação a qual delas melhor se aplica ao caso em estudo. Foi realizada uma pesquisa relacionada à legislação vigente, com uma abordagem das leis relacionadas ao tema e uma discussão acerca das cartas patrimoniais.

Num segundo momento, serão levantados os aspectos caracterizadores do edifício da Casa de Cultura e outras questões, obtidos através de pesquisas relativas ao histórico da cidade, histórico do prédio, análises tipológicas e formais, além da análise do seu entorno, será realizada a ficha técnica do edifício somando todas as informações referentes aos elementos que o compõe, seu arranjo espacial, ou seja, distribuição interna, funcionalidade de suas instalações e certamente o sistema estrutural adotado quando da criação da Biblioteca Municipal.

4 ANÁLISE DE DADOS

4.1. A Casa de Cultura de Manhuaçu

Uma relíquia do patrimônio histórico de Manhuaçu é o prédio da Casa de Cultura, tombado em 2001 pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA (Figuras 1 e 2), fundado em 1920, o imóvel foi construído para sediar uma agência do Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais. Após teve o uso como Cadeia Pública de Manhuaçu, e alguns anos após passou ao seu uso atual de Casa de Cultura, e atualmente sua função é pesquisar, registrar e coordenar as manifestações culturais e promover a arte e a cultura através de concursos, exposições e outros eventos. A casa ainda abriga um museu com um acervo sobre a história e personalidades da cidade, cidade esta, que por 22 dias foi uma República independente.

Nesse período o país ganhou moeda e legislação própria. As fronteiras foram cercadas por jagunços e índios puris e botocudos. Manhuaçu tinha área de 18 mil km² (hoje são 629 mil km² e 78,5 mil habitantes) e a economia se concentrava na produção de café.

Com tantas histórias intrigantes, Manhuaçu precisa de uma Casa de Cultura adequada e atual, onde possa transmitir informação e cultura a população. O último trabalho de revitalização da Casa de Cultura aconteceu em fevereiro de 2011, onde passou por pintura e algumas adaptações. Ao mesmo tempo, aconteceu a finalização das obras de revitalização da praça de seu entorno. Constatou-se então que, no geral, o prédio da Casa de Cultura, encontra-se em bom estado de conservação. Nos ambientes analisados, os problemas mais encontrados são: Tábuas apodrecidas e com buracos e ladrilhos desgastados ou faltando. As janelas de madeira e ferro encontram-se com a tinta ou verniz descascando e com ferrugem. As portas de madeira possuem furos e com a tinta ou o verniz descascando. Algumas portas de madeira encontram-se envergadas. As paredes em geral encontram-se em bom estado, apenas algumas apresentam manchas de umidade e reboco danificado. No geral foram descritos algumas patologias encontradas no prédio, que podem ser facilmente identificadas. É importante mencionar que estas patologias se devem a pouca, ou nenhuma manutenção realizada no edifício, causa mais comum da deterioração dos materiais, cabe ressaltar que todas as patologias diagnosticadas na Casa de Cultura, possuem soluções, existindo a viabilidade de resolvê-los.

Figura 1 – Fachada Principal

Figura 2 – Vista da Praça e da Casa



Fonte: Acervo do autor



Fonte: Acervo do autor

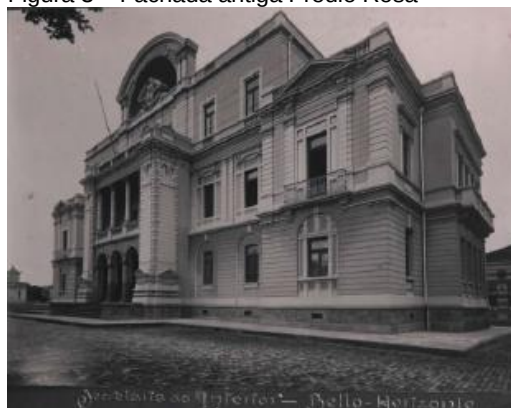
4.2. Estudo de caso do Museu das Minas e do Metal – Belo Horizonte – MG

O Museu das Minas e do Metal abriga importante acervo sobre mineração e metalurgia, documentando duas das principais atividades econômicas de Minas. Criado a partir de uma intervenção num antigo edifício da Praça da Liberdade, conhecido como prédio rosa ou antiga Secretaria de Educação o museu utiliza, de forma lúdica e criativa, da tecnologia de ponta para mostrar o universo das rochas, os processos de transformação dos minérios e a importância deles para a vida humana e o seu desenvolvimento social, econômico e cultural.

De acordo com o Decreto nº18.531 de 02 de junho de 1977 o tombamento do antigo edifício onde funcionava a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais está intimamente ligado ao tombamento de todo o conjunto arquitetônico da Praça da Liberdade.

O prédio rosa (Figura 3), um dos monumentos mais importantes e significativos do conjunto arquitetônico e paisagístico da Praça da Liberdade, foi construído seguindo a tendência estilística oficial– a eclética, com predominância de elementos neoclássicos do Segundo Império Francês. As diferentes apropriações do Prédio Rosa da Praça da Liberdade, de Secretaria do Interior à Secretaria da Educação e atividades correlatas, podem ser compreendidas no contexto de construção e crescimento da cidade. As reformas, ampliações e restaurações do edifício foram obras necessárias para adequá-lo às novas demandas sociais e às novas diretrizes políticas do Estado.

Figura 3 – Fachada antiga Prédio Rosa



Fonte: site: cultura.mg.gov.br

Por se tratar de um edifício tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA-MG), em grande medida, a sua história está relacionada à sua construção e aos elementos artísticos de sua arquitetura. A documentação oficial sobre o edifício ressalta aspectos como: mudanças no projeto original, reformas, ampliações e restaurações. Não obstante, várias memórias sobre a edificação foram também construídas, sejam elas sobre as repartições públicas que ali funcionaram, ou mesmo sobre o cenário que ajuda a compor.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho, procurou analisar as características do projeto arquitetônico de intervenção de um bem histórico, com fulcro no processo da tomada de decisão, os riscos e as recomendações

necessárias a uma intervenção menos prejudicial ao patrimônio arquitetônico. O tema, vem no sentido de contribuir para um entendimento maior das características, possibilidades e das limitações que decorrem de um projeto de reabilitação e intervenção arquitetônica em um bem cultural.

A reabilitação permite colocar o patrimônio em um patamar funcional, mais contemporâneo e significativo, ordenando seu reassentamento no imaginário coletivo e no entorno urbano. Busca-se preponderantemente uma alteração de rumo, um desvio de função, da original, que foi configurada, para um outro uso de caráter contemporâneo. Esse processo pode ainda ser deflagrado como uma estratégia buscando travar uma possível degradação, incluindo-se não apenas o sentido físico de preservação do bem arquitetônico, mas também a recuperação do imaginário simbólico que o bem representa, incluído no interesse patrimonial.

Um projeto desta natureza parte de uma premissa invertida, diferente do processo normal de um projeto arquitetônico sobre um terreno, ele parte do pressuposto da realidade existente, o existente arquitetônico, na sua condição atual, como patrimônio cultural. Este é o ponto em torno do qual giram todas as outras decisões de projeto. A preexistência deve condicionar a elaboração do programa de necessidades. A partir disto é que se pode partir para a elaboração da compatibilização da forma com a nova função.

É importante ressaltar que toda intervenção deve ser preferencialmente reversível, com propostas que devem ser de tal forma que permitam a reversão ao estado anterior, sem danos ao monumento.

Focado que toda intervenção deve propor uma clara leitura do processo de modificação, demonstrando o novo ali inserido. Devendo-se analisar cuidadosamente o mascaramento ou buscar esconder tais intervenções, mas acima de tudo, evitar disfarçar a intervenção como peça autêntica do monumento. Pois se o bem tem seu valor como objeto histórico, todas as adições necessárias ao cumprimento das exigências programáticas devem ser claramente demarcadas, inclusive para futuras remoções.

A proposta de intervenção no prédio da Casa de Cultura, de acordo com a tipologia do programa implementado, procurou não contradizer a dinâmica formal do espaço, para atender as exigências do novo programa de necessidades. Foi somado também a condição de prover as novas instalações com todos os seus sistemas de suporte e infraestrutura, a fim de atender às modernas exigências de acessibilidade contemporâneas, sem perder sua configuração, e a identidade do prédio.

Foram analisadas possibilidades de entrelaçamento entre as correntes teóricas, os documentos relativos ao tema, as cartas patrimoniais e as decisões de projeto, esses foram os componentes centrais do processo de intervenção. Verificando-se a existência de afinidades entre a estrutura atual do bem, e o programa pretendido.

Este trabalho foi embasado, em correntes teóricas já consagradas, em especial, as teorias de intervenção de Cesare Brandi, seguindo também as orientações de documentos internacionais, na busca de transformar a intervenção proposta em um veículo de transmissão e disseminação cultural que o prédio abriga, quanto da herança arquitetônica que assume.

Trabalhos como esse, elaborado com tanto critério, podem servir de referência para outros profissionais que necessitem encontrar também boas soluções de intervenção em imóvel existente e adaptá-lo às necessidades contemporâneas.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDI, Cesari. **Teoria da Restauração**. São Paulo, Artes&Ofícios, Ed., 2014.

BOITO, Camillo. **Os Restauradores**. São Paulo, Artes&Ofícios, Ed., 2014.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo, Editora Estação Liberdade Ltda, Ed., 2006.

CARTAS PATRIMONIAIS. Brasil. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, 2015.

O MUSEU das minas e do metal. Disponível em: <<http://www.mmm.org.br>>.